



ATA N° 11/2014

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE OUTUBRO DE 2014  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 14 DE OUTUBRO DE 2014

-----No dia 14 de outubro de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do n.º 1 e n.º 2 do Artigo 28.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea b) do n.º 1 do Artigo 19.º, do n.º 14 do Artigo 24.º e do n.º 2 do Artigo 29.º, todos do respetivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

☞ **PONTO ÚNICO - *Debate sobre o estado do Município.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro



Fl. 132v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Batista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO</b>	<b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto	Sessão de outubro	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	Sessão de outubro	Márcio Filipe dos Santos Viegas

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

<b>PARTIDO</b>	<b>NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:**

<b>PARTIDO</b>	<b>NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora



-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO ÚNICO - DEBATE SOBRE O ESTADO DO MUNICÍPIO.**-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por fazer referência ao facto de neste dia fazer um ano sobre a tomada de posse dos Membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, no presente mandato autárquico. Disse que este ano foi vivido numa situação de crise económica e financeira, pela qual o Município e o País atravessa, tendo a Câmara Municipal seguido uma política de austeridade e de rigor, seguindo os princípios de responsabilidade, qualidade e solidariedade. Referiu terem trabalhado para aprovar os planos de reabilitação da ponte D. Maria e conseguiram, tendo sido já assinado o contrato de financiamento, pelo valor de 1 164 000,00€, sendo que a comparticipação é em 65%; acrescentou que as obras já se iniciaram e estão previstas estarem concluídas no final de maio de 2015. Disse ainda que este foi o grande compromisso eleitoral, assumido pelo PS, uma vez que reconhece que o encerramento da ponte ao trânsito e aos peões traz grandes transtornos aos lacobrigenses e à economia local. Referiu que algumas ruas do centro histórico também foram alvo de uma intervenção a nível do pavimento, por motivos de segurança, sendo intenção intervir noutras ruas logo que seja financeiramente possível. Disse que foram intervencionados caminhos e estradas municipais, apesar de ainda ser necessárias mais intervenções neste âmbito. Informou que está a decorrer uma reabilitação da habitação social. Informou que foram feitas diversas intervenções na área do património histórico e cultural, destacando o trabalho que está ser feito para a reabertura da Igreja de Santo António. Disse que assumiram compromissos na área da educação tendo sido retomadas as bolsas de estudo que tinham sido suspensas. Na área do ambiente disse que o Município continua a ganhar prémios. Referiu ter sido mantido um bom nível de oferta de cultura à população e a todos os aqueles que visitam o Concelho. Tem sido desenvolvido um trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia nas várias vertentes. Disse que a relação entre o Município e a AMAL tem sido a melhor possível na defesa dos interesses, a diversos níveis, da região e do Concelho. No âmbito da Associação “Terras do Infante” informou que cada Município contratou 5 sapadores florestais que têm feito um excelente trabalho na prevenção de incêndios e na preservação do ambiente. Referiu que as geminações se mantêm. Em termos turísticos disse ter informações de que o verão correu bem. Em termos de obras particulares disse que os números se matem em relação ao ano anterior. Disse que a grande preocupação é manter o equilíbrio financeiro, cumprir os compromissos assumidos, assegurar as funções nas atribuições que tem a Câmara Municipal. Reduzir a dívida é uma grande meta e está no bom caminho, apesar da contribuição do financiamento do Governo ser baixo e ir baixar ainda mais pois o Município de Lagos tem que contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, criado pelo Governo, com 230 000,00€ anuais. Disse que foi um ano complicado, com muito trabalho e com grandes desafios, mas com rigor e dedicação o Executivo tem vindo a cumprir o seu papel de servir os



Fl. 133v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

lacobrigenses nos tempos difíceis como os que se verificam, estando de consciência tranquila relativamente ao trabalho desenvolvido.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o assunto que tem merecido mais dedicação, ao longo deste último ano, tem a ver com a situação financeira da Autarquia. Referiu que em termos de endividamento foi reduzido o mesmo em cerca de sete milhões de euros e que o prazo médio de pagamento passou de 96 para 75 dias. Disse que uma das medidas que trouxe mais resultados foi a implementação de uma central de compras. Referiu que uma das áreas que também foi alvo de intervenção foi a venda ambulante e a ocupação da via pública, contribuindo ainda nesta área, o facto de passar a haver fiscalização municipal a funcionar das 9 às 24 horas. Relativamente ao desporto, disse que, apesar de não haver disponibilidade para dar subsídios monetários aos clubes a Câmara Municipal irá continuar a apoiar os mesmos. Sobre as empresas municipais disse que as mesmas tiveram um desempenho positivo neste último ano.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que este primeiro ano de mandato foi uma experiência nova devido ao agregar de freguesias, não tendo sido a adaptação a esta nova realidade fácil. Referiu que foram mantidas e melhoradas, todas as atividades culturais e desportivas existentes na área da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, tendo feito um balanço das mesmas. Disse que tudo tem sido feito com o importante apoio da Câmara Municipal. Informou que os acordos de delegação de competência entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal estão a ser cumpridos. Mencionou alguns benefícios feitos em estradas e caminhos, bem como em diversos equipamentos.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse o seguinte: “Nos tempos difíceis que correm e, passado um ano de mandato, deparámo-nos com uma Freguesia com graves problemas sociais. O desemprego galopante dos últimos anos é bem visível e, conseqüentemente, casos de pobreza extrema. A nossa prioridade foi durante este ano e continuará a ser sempre uma política social, virada para as pessoas, principalmente para os mais desfavorecidos. O Odiáxere pode-se orgulhar de ser uma Freguesia ordenada, onde se pode viver com qualidade e com um quotidiano socialmente ativo. Tendo em conta os poucos recursos financeiros da Junta de Freguesia, que são do conhecimento público, a nossa prioridade tem sido, naturalmente, manter o património da Freguesia o que nos custa muito dinheiro. Para além de impossível, seria contranatura fazer obra. Como alguém disse no passado, também nós fizemos obra invisível, que não se vê, naturalmente, mas que se sente. Nunca é demais frisar que, por vezes, ajudar aqueles que realmente precisam, por muito pouco que possa parecer, um agradecimento ou um simples sorriso é deveras gratificante. Podemos dizer que, também com o apoio incondicional da Câmara Municipal, conseguimos minimizar muitos problemas sociais existentes na nossa Freguesia. Não posso também deixar de referenciar as coletividades de Odiáxere. Nos tempos difíceis que atravessamos, todas sem exceção, têm tido um papel fundamental como âncoras de coesão social. Sendo o Clube Desportivo e o Rancho Folclórico as coletividades mais representativas não



só da Freguesia mas também do Concelho, a Junta de Freguesia continuará a dar o apoio possível mas necessário. A mais recente associação, o já conhecido “Cantinho Solidário” tem sido o braço direito da Junta de Freguesia nesta luta, por vezes inglória, contra a pobreza ajudando mais de duzentas famílias oriundas não só de Odiáxere. Mas o futuro passa também, como já citei, por tirar partido do que existe na nossa Freguesia. O Odiáxere, fruto de um trabalho de excelência efetuado nos últimos mandatos, tem o privilégio de possuir boas infraestruturas ombreando com outras Freguesias de maior expressão. O aproveitar esses equipamentos, valorizando-os, é também uma prioridade. O nosso moinho de vento, como ex-libris da Vila será o nosso principal alvo como cartão de visita assim como atração turística e pedagógica. Obviamente que muito falta fazer. A Vila de Odiáxere depara-se, assim como todas as outras Freguesias do Concelho, para além dos recursos financeiros, com muitos problemas e más condições no asfalto e em arruamentos. É algo que muito nos preocupa assim como ao Município, que está devidamente referenciado mas que, fruto da crise ainda não foi possível resolver ou, nalguns casos, minimizar. Há um esforço conjunto, um trabalho de equipa, entre todas as Freguesias e a Câmara Municipal para resolver muitos destes problemas mas, infelizmente, nalguns casos isso não é suficiente, não por inoperância mas falta de recursos financeiros. Mas uma coisa posso garantir, que tudo faremos, o que estiver ao nosso alcance dentro das nossas naturais limitações, e que continuaremos a lutar por um Odiáxere melhor que possa encher os Odiáxerenses com essa palavra que eu tanto prezo, ORGULHO.”-----

-----O Sr. Victor Mata (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) disse que o Estado da Freguesia da Luz é bom, apesar de muito fazer falta e de muito estar a ser planeado para o próximo ano a nível de cultura e de desporto. Destacou o facto de várias IPSS trabalharem na Luz com destaque para a NECI. Terminou afirmando que “o Estado da Luz é sempre acessa”-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)) fez uma resenha das atividades desenvolvidas e promovidas pela União de Freguesias de Lagos. Destacou a colaboração existente entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e as boas relações entre os órgãos da Freguesia.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse o seguinte: “Em primeiro lugar começamos por salientar a Câmara Municipal de Lagos ter aprovado, e após uma recomendação da Assembleia Municipal, na sua reunião pública de 6 de agosto a atribuição de bolsas de estudo, medida que tinha sido suspensa em 2011/2012, com prejuízo para os lacobrigenses, nomeadamente as classes mais desfavorecidas. Quando este assunto foi à reunião de Câmara de 7 de novembro de 2012 pode ler-se em ata que a Câmara tomou conhecimento das comunicações de serviço n.º 272 e 300, da unidade técnica-financeira, que informam de inexistência de fundos disponíveis para a assunção da despesa prevista. Posteriormente é publicado o edital n.º 226/2012 onde se pode ler que decorrendo dos Artigos 3.º e 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e em conformidade com o n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo e



Fl. 134v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Subsídios de Investigação do Município de Lagos a Câmara de Lagos não procederá à atribuição de bolsas de estudo para o ano letivo 2012/2013, mas a pergunta que tem que ser feita é porque não existiam fundos disponíveis, e a resposta é simples, os três mandatos do PS estão repletos de opções lesivas aos lacobrigenses, podendo-se contrapor a inexistência de fundos disponíveis para as bolsas de estudo, algumas dessas opções, por exemplo, o modelo de financiamento do novo edifício da Câmara que triplicou o custo efetivo do mesmo, quando o recurso à banca permitiria uma poupança superior a 20 milhões de euros; a celebração e manutenção de um contrato público de publicidade no Autódromo Internacional do Algarve, no valor de 1 milhão de euros, com a contrapartida da colocação do nome da nossa cidade na bancada de uma curva e o acesso a um camarote VIP, não foi negociada, qualquer obrigatoriedade de realização de provas televisionadas, nem se sabendo qual o retorno de tal investimento. Como se sabe o autódromo não mantém o nível de atividade que justifique o investimento no mesmo. Aquisição do terreno para a escola EB 2, 3 Tecnopolis de Lagos por cerca de 5 milhões de euros, valor, provavelmente, justo, mas desnecessário, levando a escola para um extremo da cidade quando o terreno da escola do Rossio de S. João, hoje em estado de completo abandono serviria perfeitamente para edificar uma nova escola. Construção do Parque de Estacionamento do Anel Verde, indo contra as recomendações do estudo de viabilidade financeira encomendado e pago com dinheiros municipais, enfim... quer seja pelo número, quer seja pelos valores estas foram algumas das opções que comprometeram e vão continuar a comprometer as competências do Município, no âmbito dos apoios sociais, os quais se esperam que existam e funcionem, pois resultam do dinheiro que a Câmara cobra através dos mais variados impostos. Felizmente o Governo do PSD veio dar a mão às Câmaras Municipais endividadas através do Programa de Apoio à Economia Local, o PAEL, com um empréstimo superior a 9 milhões de euros, e hoje a situação começa a melhorar, no entanto persistem muitos assuntos que merecem a nossa preocupação, podemos dar alguns exemplos: 1 - Manutenção dos tarifários e regulamento de "água" designadamente a manutenção da tarifa da disponibilidade e da execução fiscal automática de fatura da água em atraso no dia útil seguinte ao limite de pagamento; 2 - Manutenção do plano de contenção de custos a incidir sobre a iluminação pública, designadamente em zonas habitacionais (zona de Santo Amaro, Ameijeira, Chesgal, etc.); 3 - Manutenção do protocolo com o autódromo de Portimão, apesar de redução do valor; 4 - Manutenção em termos Orçamentais da venda de património de modo a criar uma almofada financeira para gastos, que no fim contribuem para o aumento do endividamento; 5 - Inexistência de contadores de água durante cerca de um mês (falta de organização); 6 - Veículo de limpeza das fossas esteve parado mais de um mês (não atribuição de verba para substituição de peça mecânica); 7 - Escola Tecnopolis com graves defeitos de conceção e funcionamento, água quente, central de alarmes, portas, janelas, etc.; 8 - Limpeza urbana, já existiram 4 procedimentos extraordinários sem que a limpeza urbana esteja definitivamente atribuída. Concurso público internacional com graves lacunas; 9 - PDM - má gestão do processo; 10 - Ruturas constantes no abastecimento de



água no concelho (praia da Luz - rua do Cemitério, Lagos - Rua Santo Amaro, Bairro dos Pescadores, e diversas outras zonas). Inexistência de um plano de renovação e manutenção da rede de abastecimento de água; 11 - Canil Municipal estrutura sobreaproveitada, com litígios permanentes entre a sua forma de funcionamento e voluntários, incluindo uma benemérita; 12 - Um ano de mandato sem decisão à vista sobre a reestruturação das empresas municipais, as mesmas não obedecem aos parâmetros legais em vigor. Desequilíbrio permanente das contas que só sobrevivem com a política de subsidiação indireta da Câmara - Lagos em Forma através dos clubes. Enfim, uma série de preocupações que urgem resolver e que o PSD gostava de ver, no mínimo, sinais de mudança política, com vista a promover o desenvolvimento económico do Município a e prosperidade das populações.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse o seguinte: “- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia; - Colegas Membros da Assembleia; - Exma. Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores; - Caros Cidadãos que se encontram nos lugares ditos do público, mas que são os mais importantes desta casa, porque ela a vós pertence, sendo todos nós vossos convidados e destinatários da vossa vontade. Esta Assembleia destinou-se ao “ Debate sobre o estado do Município.” Lagos Com Futuro quando aqui entrou, aliás como entra sempre, espera ficar a saber mais sobre a situação do Município, que o estado do Município, depois deste debate seja melhor conhecido por todos, que o debate decorra com dinâmica e de forma esclarecida e sem despiques fúteis e declarações que ultrapassem os limites da boa educação e da urbanidade. No fundo, esperamos que a informação que aqui colhemos seja enriquecedora para todos e, sobretudo, que chegue e seja compreendida por aqueles a quem se destina, isto é, aos cidadãos presentes e a todo o povo de Lagos. Pela intervenção inicial da Nossa Digna Presidente, apesar do esforço feito, da sinceridade que tenta colocar nas suas palavras, para nós, Lagos Com Futuro, o caminho que seguiu e as palavras que nos trouxe, estão longe do que esperávamos e deixam por esclarecer muito do que de essencial precisa de ser debatido e esclarecido. Como estamos no começo e, como diz o povo: “a procissão ainda não se avista do adro”. Nós, Lagos Com Futuro, continuamos a alimentar a expectativa de que, com o desenrolar do debate, muito do que ficou esquecido ou omitido, muito do que foi menos bem esclarecido e muito do que falta esclarecer, ainda terá oportunidade de ser lembrado, esclarecido e debatido. Saindo, todos nós, daqui, com informações mais abundantes e qualificadas e com ideias mais claras e esclarecidas sobre a real e verdadeira situação da nossa Câmara e do nosso Município. Para começo, é isto que desejamos que aconteça. Agradecemos, de forma muito especial, as intervenções e informações trazidas pelos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia.”-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse o seguinte: “ “A qualidade de vida é a satisfação das necessidades da população em termos económicos, sociais, psicológicos, espirituais e ambientais, aspetos que proporcionam segurança, tranquilidade e esperança de um futuro melhor”. Qualidade de vida deve ter como pressuposto o desenvolvimento sustentável. Neste momento não se vislumbra um preencher desta definição, pelo contrário, as dificuldades dos cidadãos são



Fl. 135v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

crecentes, com um futuro hipotecado de difícil resolução. A racionalidade da gestão deveria imperar, de forma a que o gestor municipal prestasse contas – de gestão, e não políticas – às assembleias municipais. Assim, teríamos decisões mais técnicas e capazes de promover o desenvolvimento sustentável do qual se fala muito mas para o qual não se promovem ações impulsionadoras do mesmo. Cabem aqui as obras para as quais não existiu um planeamento adequado, faltando visão temporal e orçamental e, como se verifica também hoje, controlo adequado. Com tristeza verificamos que o Município de Lagos tem uma das mais elevadas taxas de desemprego do País, fruto de políticas económicas que levaram à criação de uma imagem de um local pouco apetecível para investir, principalmente na vertente não turística. Um desenvolvimento sustentável obriga a uma diversidade do investimento, ou seja, a uma diversificação do espectro das atividades. Uma das medidas para proporcionar um afluxo de investimento tem a ver com a oferta de incentivos nomeadamente uma política de imposto mais apetecível, os quais ajudam a fixação de empresas, propagando a criação de postos de trabalho, diretos e indiretos, impostos, etc. propiciando uma ajuda social cada vez mais premente. A pergunta que surge aqui, é quais as ações que o executivo pretende tomar para cativar investimento para o município? Qual a sensibilização para uma abertura a novas ideias, como corolário do resultado das próprias eleições, em que ficou claro que a população pretende uma mudança da forma de gestão dos seus destinos? No Anuário dos municípios constatamos alguns indicadores que refletem o desequilíbrio da gestão autárquica. (dados de 2013) O peso da Receita de Impostos e taxas/receitas totais colocava Lagos no 29.º lugar dos municípios portugueses com um rácio de 42,2% em 2013, em 2008 era 61,3%. Municípios com maior receita de IMI cobrada. Colocava Lagos no 29.º lugar dos municípios portugueses com 11.777.374,00€, mais 6,7% que em 2012, este ano terá um valor superior. Municípios com maior receita de IMT cobrada, 15.º. Verificamos que o Município é privilegiado na arrecadação de receitas mas os desajustamentos verificam-se nestes indicadores, provando o grau de indiferença na utilização desses recursos. Maior volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços – 24.º lugar. Maior volume de juros e outros encargos financeiros – 33.º. O já exposto alerta-nos para várias questões importantes. No entanto a análise das contas do CML, gera-nos preocupação e faz-nos viajar pelos capítulos da legislação, no que se relaciona com PROVISÕES. Pode-se ler no POCAL: questionando que medidas estão consideradas no caso de perder algum dos processos judiciais em curso. 2.7 - Critérios e métodos específicos. 2.7.1 – Provisões. A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades. Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão. São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais. Pode-se ler ainda: 29 Provisões: 291 Para cobranças duvidosas \*: ... ... 292 Para riscos e encargos \*: 2921



Processos judiciais em curso. 292 "Para riscos e encargos". - Esta conta serve para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. Será debitada na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos. Passivo contingente: (a) É uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade; ou (b) É uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque: (i) Não é provável que um ex fluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Provisões e passivos contingentes (parágrafos 11 e 12) 11 - Num sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas na sua tempestividade ou quantia. Porém, o termo «contingente» é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Além disso, a expressão «passivo contingente» é usada para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento. Na lei dos compromissos aparece-nos então a seguinte obrigatoriedade: Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. · As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja referida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível. A preocupação de LCF refere-se principalmente, pelo montante, a uma das ações: - ESPICHE – CAMPO DE GOLFE, S.A. Proc. N.º 25/2001 – 5.ª U.O. do TAC de Lisboa (ex-6.ª U.O. – 1.ª secção, ex-436/98 – 2.ª secção) Ação Ordinária Pedido (entrado em 16-06-1998): Serem os Réus condenados, individual e solidariamente, na medida da culpa de cada um, a pagar à Autora a quantia global de Esc. 7.343.114.000\$00 (€36.627.298,21), resultante dos prejuízos sofridos individualmente e no Grupo Espiche Golfe, de que a Autora faz parte, além dos juros vincendos até integral pagamento. Corréus: Estado Português (1.º Réu), Dr. João António Romão Pereira Reis, já então ex-titular da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (2.º Réu), e o Prof. Engº Luís Francisco Valente de Oliveira, já então ex-titular da pasta de Ministro do Planeamento e da Administração do Território (3º Réu). Situação: Estando em curso diversos contactos entre a Autora e o Município, tendentes a que aquela venha a desistir do pedido, a Autora e o Município, através de e-mail enviado pelo mandatário da Autora em 15-11-2012, requereram a suspensão da instância até aprovação do Plano Diretor Municipal de Lagos. Houve novos prazos de suspensão por seis meses, o último dos quais concedido por despacho de que fui notificado por registo de 29-05-2014. As nossas perguntas são: quais as provisões que irá constituir para satisfazer estes requisitos legais? Quais os estudos orçamentais já efetuados para, no caso de perda de uma ação deste montante, fazer face ao seu



Fl. 136v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

pagamento?”-----  
-----O Sr. Celso Costa (CDU) disse o seguinte: “Para expor neste ano de 2014 a opinião da CDU sobre o Estado do Município, com a consciência da responsabilidade de o fazer publicamente no âmbito da ação dos seus eleitos na Assembleia Municipal, vamos seguir o método de dar continuidade aos temas tratados e opiniões expressas na exposição na Assembleia Municipal em 2012, analisando o decorrido, desde então até hoje. No fundamental, mantém-se muito do que foi então referido e criticado, com a diferença de que, além de novas situações preocupantes, muitas das que foram referidas em 2012 se encontram hoje agravadas. Permanece o afundamento das finanças municipais a um nível de escândalo, tendo atingido mais de 112 milhões de euros de dívidas, encargos e compromissos. No funcionamento da Câmara Municipal, continua a apropriação da totalidade das suas competências pela maioria absoluta PS, que considera os restantes vereadores como se fossem convidados de 15 em 15 dias, sem condições de trabalho e sem conhecimento atempado das situações e problemas de gestão. Ora como a primeira exigência que se faz na política, como na vida, é a honestidade intelectual, há que afirmar que compete ao PS assumir toda a responsabilidade pelas políticas erradas que conduziram à situação calamitosa em que o Município se encontra. Os munícipes de Lagos, não só continuam esmagados pelas políticas do governo PSD/CDS, como estão a ser sobrecarregados com a violência das tarifas, taxas e licenças impostas para pagar as dívidas contraídas pela Câmara Municipal e da responsabilidade do PS. Com a situação criada pelo PS, agravada pelas novas leis criadas pelo governo PSD/CDS, lei da Finanças Locais, lei dos Compromissos, corte nas transferências do Orçamento de Estado, a Câmara Municipal recorreu ao Programa de Apoio á Economia Local, com uma duração de 14 anos, e a obrigação da aplicação de um Plano de Ajustamento Financeiro, cujas condições estão provocando gravosas consequências para os munícipes, para os trabalhadores do município, para os agentes culturais, desportivos e sociais, para as juntas de freguesia e para o tecido empresarial do concelho, em particular as micro e pequenas empresas. Tanto o PS como o governo PSD/CDS tentaram fazer-nos crer que este foi apenas mais um empréstimo para aliviar a tesouraria e liquidar alguns compromissos. Mas esconde que o acesso a tal dinheiro impõe que, na prática, nos primeiros 5 anos a Câmara fica impedida de realizar obras e investimentos, só possíveis através do recurso a candidaturas a fundos comunitários, que têm que se sujeitar a vontades exteriores e não apenas a decisões locais. O facto é que estamos em vésperas de preparação do Plano e Orçamento para 2015, e a CDU, consciente dos tremendos problemas criados pela gestão PS na Câmara de Lagos e pela legislação do governo PSD/CDS, pretende que, para o próximo Plano e Orçamento, o PS prepare a vida do Município, em 2015, numa situação inevitavelmente difícil, mas transparente aos olhos dos eleitos e dos munícipes. Para caracterização do estado do Município, podemos defini-lo como a permanência de um clima geral de insegurança acerca do presente, e de grande preocupação sobre o futuro. Tudo enquadrado pela falta de funcionamento de uma sociedade que se quereria regida por princípios democráticos, agravada, em Lagos, pela ausência de



informação atempada, rigorosa e credível, por parte da maioria absoluta PS na Câmara Municipal, que recusa meios de formação de opinião pública fundamentada, e que sugere foros de intencionalidade. Para o provar, bastaria ver a diminuta e desinformada intervenção de cidadãos, nos arremedos de discussão pública dos documentos a que a Câmara Municipal é obrigada por lei, tendo sido sistematicamente recusadas as propostas da CDU para prévios esclarecimentos abertos ao público, o que só se conseguiu através da Assembleia Municipal, onde os eleitores já não atribuíram maioria absoluta ao PS. O PS pode gritar que na Câmara Municipal a lei é sempre cumprida. Terá sido, mas reduzida à letra e utilizada apenas na forma, como meio de evitar o cumprimento do seu conteúdo democrático pluralista, continuando os eleitos e os munícipes impedidos de participar na vida do Município. São exemplos da fuga da Câmara Municipal à participação pública organizada: . reprovação da criação do Conselho Desportivo Municipal; . reprovação da constituição do Fórum Municipal da Cultura; . reprovação do concurso público de ideias para o Plano Museológico de Lagos; . reprovação da semana da dieta mediterrânica; . recusa de debates e esclarecimentos públicos prévios sobre planos e programas a serem apreciados em discussão pública obrigatória; . abandono da organização do Orçamento Participativo aprovado para 2015. Ao mesmo tempo, afirmamos que é do desconhecimento público o rumo para que está a ser conduzido o Município, e dos seus reais significados, em termos de política autárquica, e nos seus efeitos na qualidade de vida dos munícipes e condições dos agentes económicos.”-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse o seguinte: “Na sua primeira presença no “debate sobre o estado do Município”, a Coligação TSL, submetendo-se às regras e aos tempos estabelecidos, irá resumir a sua intervenção em três questões fundamentais para a análise, crítica e prospetiva do estado atual do Município. Irá repartir a sua intervenção em duas partes, utilizando, assim, os dois parques tempos disponíveis para o debate. A conclusão final será a súmula da sua intervenção. A política estratégica do atual executivo municipal foi desenhada sobre cinco eixos generalistas. Sobre estes eixos, elabora as Grandes Opções e o orçamento municipal, acoplando-lhe alguns princípios de orientação política e administrativa: a sustentabilidade, a qualidade e a solidariedade. Repete, assim, uma proposta, copiada do passado, tentando não correr riscos nem desafios de mudança, e, muito menos de paradigma estratégico. Se os eixos são orientadores e os princípios são significantes, já a ossatura do corpo estratégico da Câmara Municipal surge menos clara. Sabemos que a cultura da gestão política do poder local tem sido colonizada a favor de um crescente espartilho legislativo e financeiro que parece fazer refluir a ideia fundadora da Constituição quando, de forma clara, definiu as regras para o exercício do poder local: autonomia política, finanças próprias, poder regulamentar, quadro de pessoal próprio e uma tutela administrativa inspetiva. Dois órgãos competentes regem a gestão do Município, segundo a Constituição: “uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão executivo colegial perante ela responsável”. Missão única: visar “a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”. Ora, este quadro constitucional tem vindo a ser



Fl. 137v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

violentado com a publicação de legislação cada vez mais castradora das competências dos órgãos municipais. Cabe, pois, aos dois órgãos municipais optar pelo melhor modelo de gestão municipal, de modo que tenha como meta final a prossecução dos interesses das populações, de modo responsável, aberto, racional e moderno. Mas, para isso, não podemos andar a repetir modelos quase esgotados; fazê-lo é comprometer o futuro, não só do Município, como dos cidadãos. “A cidade é o fruto de programas, de planos, de desenhos, de vontades. Ela é, indissociavelmente, um ser vivo, construindo-se, transformando-se, evoluindo ao ritmo das iniciativas de todos os que dela são habitantes, usufruidores, promotores e atores”. (Relatório do Senado Francês, 201). Como ser vivo que é e que urge continuar a construir e a transformar, a Coligação TSL recusa o fatalismo da inércia e do adquirido e propõe outras visões, com modelos a ser definidos pelas circunstâncias da história, pela participação dos cidadãos e pelas decisões dos atores políticos. Para esse efeito, há três questões que o Coligação quer salientar neste debate, apontando, assim, alguns desafios futuros para a gestão municipal: - A planificação estratégica do Município, ou o princípio da “equidade”; - A articulação da cidadania urbana com a gestão política, ou o princípio da “justiça”; - A relação da democracia municipal com o universo político – partidário, ou o princípio da “ética”. Planificação estratégica das Grandes Opções - “A cidade sempre foi uma síntese dos valores humanos, onde se faziam compatíveis e complementares a norma e a liberdade, o indivíduo e a comunidade, a identidade e a diversidade...” (Alguacil Gomez). Para a síntese destes valores humanos, a autonomia do poder municipal assume uma enorme responsabilidade, uma vez que esta síntese se pode fragmentar, e não poucas vezes, dissolver. Nas suas Grandes Opções, a Câmara Municipal repete um figurino que muitas vezes dispersa e, não poucas vezes, aliena as suas intenções políticas. A gestão das opções políticas não pode ser compartimentada, não permitindo que se obtenha uma imagem real, seja da opção programática, seja da opção ideológica, seja da opção gestonária do Município. Para não sermos meramente retóricos, a Coligação apresenta breves exemplos que denunciam a carência de uma planificação estratégica integrada. São meros exemplos, mas que não deixarão de nos fazer refletir. Primeiro exemplo: a tributação dos impostos municipais. Ao elaborar o seu orçamento, fora de uma estratégia global, a Câmara irá repartir por diversas áreas os custos sociais e culturais, continuando, assim, a fomentar uma dependência da comunidade perante o poder político existente. Custos esses que o orçamento irá cobrir como despesa estrutural. A Câmara não poderia cumprir melhor a sua opção social e cultural, se, por exemplo, baixasse o imposto do IMI? Se, por exemplo, acabasse com a prática hostil da execução fiscal para os retardatários do pagamento da água? Se, por exemplo, eliminasse a parte de leão dos compromissos das parcerias público – privadas? Os ganhos destas medidas compensariam, em muito, os custos sociais do orçamento. Segundo exemplo. Lagos é, notoriamente, uma cidade de excelência turística e possui uma rede de transportes, a Onda, que tem elevados custos de manutenção. Não compreendemos, por isso, como é possível que a Onda não faça uma rota específica para os horários dos comboios. É quase terceiro-mundismo ver chegar ao



centro da Cidade, onde se acumulam e coabitam, já quase sem nexo urbano, hotelaria e alojamentos locais, centenas de turistas arrastando a sua mala desde a estação do comboio. Terceiro exemplo. Como é possível revitalizar o centro histórico, económica e culturalmente, se metade do ano o estacionamento é pago até à meia-noite? O que se disse dos custos sociais e culturais, de poderia dizer do apoio ao desenvolvimento económico, como aqui já foi dito por outros Grupos Municipais. A estes exemplos, muitos mais poderíamos ajuntar. Mas, o que está aqui em causa, não é o exemplo em si, isolado, mas, o facto de o não vermos ainda resolvido através de uma planificação estratégica das opções políticas da Câmara Municipal. E é para esta falta sistémica de planeamento estratégico integrado, seja na área económica, seja nas áreas ecológica, social, de mobilidade, turística e de cidadania, que a Coligação alerta. A planificação estratégica das Grandes Opções é uma questão vital para a democracia local, porque nele incuba e se reproduz o valor da “equidade”, valor que exprime a coabitação da opção política com a dignidade do cidadão. Só com “equidade” é que a Cidade poderá viver como “ser humano”.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse o seguinte: “Antes de mais gostaríamos de saudar todos os Portugueses e Portuguesas que todos os dias lutam indignados com o atual estado do País. Lagos vive uma situação financeira má, com uma dívida enorme, tarda-se em cortar nas gorduras e gastos desnecessários da autarquia e agrava-se a vida dos contribuintes, aumentando ou mantendo as várias taxas e impostos. As obras megalómanas dum passado recente conduziram a uma situação de endividamento insustentável. Claro que veio a crise, claro que vieram os cortes do poder central para as autarquias. Mas tal apenas agravou uma gestão insustentável de endividamento para as futuras gerações. O município não soube canalizar as enormes quantias da especulação imobiliária para rentabilizar o património natural e cultural e, muito menos, para o tecido económico produtivo. Não foram dados quaisquer sinais nesse sentido. Ao invés, construíram-se edifícios e parques de estacionamento sumptuosos e, como não podia deixar de ser, constituíram-se empresas municipais, para camuflar o crédito contraído e o endividamento. Lagos assiste à crescente usurpação de espaços públicos por grupos privados com a conivência do Município; assunto que já foi várias vezes denunciado pelo Bloco de Esquerda, com questões colocadas em sede de Assembleia Municipal. Senão vejamos: A parte final da Meia Praia deixou de existir, fruto do corte ao seu acesso, em prol do empreendimento Palmares. O caminho do talefe da Luz está praticamente intransitável, face à minguia de caminho público que a Câmara Municipal de Lagos deixou aberto para os munícipes. Vedações existem em plena Meia Praia, que privatizam parte da área do Duna Beach. Construtores edificam vivendas usurpando terrenos do domínio publico, mais tarde oferecem cinco tostões para a compra do mesmo. Consequência, ficam impunes pelo que fizeram e não são apurados todos os responsáveis por tal ato. Lagos aposta tudo no turismo, atividade que não tem o retorno esperado. Os cidadãos ficam para segundo plano, o pequeno comércio está moribundo, a indústria é inexistente, as empresas vão falindo. Os jovens abandonam o Concelho visto neste não encontrarem formas de vida. Para os que tentam resistir e ficar, as perspetivas são inexistentes, com uma taxa de



Fl. 138v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

desemprego que anda perto dos 15%.”-----  
-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que quem responde pela Câmara Municipal, para o bem e para o mal, é ela própria. Referiu que o discurso do PSD é sempre o mesmo. Disse que os alunos ficaram prejudicados pelo facto da Câmara Municipal ter suspenso as bolsas de estudo durante algum tempo, mas também ficaram prejudicados pela situação do País. Sobre o PDM disse que todo o processo relacionado foi complicado, mas o mesmo encontra-se já pronto para entrar na fase final. Relativamente aos problemas mencionados entre o canil e os voluntários, disse que não bem assim, uma vez que pode haver uma ou outra situação, mas não há litígio nenhum. Referiu que o edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, o Pavilhão e as Piscinas, eram projetos antigos que foram revistos e avançaram com determinadas forma de financiamento, na altura julgada a melhor, mas se os mesmos tivessem seguido os projetos iniciais muito maior era as dificuldades financeiras do Município à presente data. Acrescentou que a fonte da rotunda da Caravela não está a funcionar porque o arranjo da mesma ronda os trezentos mil euros, sendo um exemplo de um projeto bonito mas muito dispendioso, o que significa que na altura da sua construção não foram equacionados todos os fatores. Sobre a curva do autódromo disse que tinha sido um compromisso grande que a Câmara Municipal tinha assumido, em tempos, mas o contrato já foi renegociado, tendo o valor descido bastante. Referindo-se à Escola Tecnopolis disse que na altura, a intenção do Ministério era construir em Lagos duas escolas EB 2, 3, construir uma nova e requalificar a antiga EB 2, 3 n.º 1, mas tudo se alterou e não foi possível requalificar a antiga escola, pelo seria de interesse de todos o derrube das instalações antigas que estão vandalizadas, mas isso acarreta um custo que a Câmara não consegue suportar. Disse que as divisões da Câmara Municipal têm chefes para verem os materiais necessários para dar resposta às necessidades dos Município e dos munícipes, se faltam matérias para esse efeito, essa situação tem que ser averiguada. Sobre a intervenção do Sr. Jorge Ferreira disse que a Câmara presta todas as informações financeiras que leva à DGAL, à Assembleia Municipal, pelo que tudo está a ser dado a conhecer ao Órgão Deliberativo. Disse que segurança, qualidade de vida e esperança, é tudo aquilo que todos ambicionam, sendo que em Lagos existe segurança e na sua opinião os lacobrigenses não perderam qualidade de vida, nos últimos anos. Reconhece que o desemprego no Concelho é uma realidade, principalmente o jovem, mas que a Câmara esforça-se para que invistam em Lagos de modo a ser criado posto de trabalho. Disse que Lagos não é o Município que tem a maior receita do IMT; em 2007 a receita proveniente do IMT era de cerca de 18 milhões, atualmente o valor anda entre os 5 e os 6 milhões, havendo tendência para crescer esta receita, o que é sinónimo de que a economia está a funcionar. Relativamente à intervenção da CDU disse que é sempre difícil vir algum apoio desta força política, mas é compreensível uma vez que PS e CDU têm maneiras diferente de ver as coisas. Referiu que apesar da situação de crise que o País atravessa, ainda há liberdade de expressão e cada um nos cargos que exerce e nos lugares que ocupa, tenta fazer o melhor que sabe e que pode, dentro dos valores políticos que o norteiam. Acrescentou que todos estão



muito preocupados em relação ao futuro. Em relação à intervenção do Sr. José Alberto Batista disse que o mesmo tinha dado algumas sugestões interessantes. Disse não saber responder à questão do porquê da Onda não ter um horário compatível com a partida e chegada de comboios. Ainda sobre a Onda disse que este serviço tem um custo social elevadíssimo para a Câmara Municipal e informou que a Onda vai sofrer uma reestruturação com o novo concurso que está a ser preparado. Disse que a receita proveniente dos parque de estacionamento, está a subir em relação ao ano de 2013. Acrescentou que o parque de estacionamento da Frente Ribeirinha, apesar dos custos, foi uma boa opção uma vez que fazia falta. Referindo-se à intervenção do Sr. José Santos disse ser verdade quando este afirma que se agrava a vida dos contribuintes, uma vez que só aqueles que “fogem” ao pagamento de impostos é que continuam com boa vida. Disse que os parques de estacionamento não são sumptuosos. Referiu que as obras do Parque de Estacionamento do Anel Verde permitiu um achado arqueológico importantíssimo. Sobre construtores que ocupam espaços municipais, disse que na vida não se deve generalizar, tem vindo algumas desafetações à Assembleia Municipal mas nem todas têm a ver com ocupação de espaços públicos por parte de construtores. Afirmou que o pequeno comércio não está moribundo, apesar da crise, o verão correu bem e o mesmo está a querer renascer; Acrescentou que a Câmara Municipal tem lançado o desafio às marcas para se instalarem no centro histórico e está convencida que algumas virão. Disse que se todos formos mais positivos, as coisas correm melhor. Terminou dizendo que Lagos, apesar da situação financeira menos boa pela qual está a passar, ainda vive uma situação privilegiada em relação a muitos outros municípios do País.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 18 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 39 minutos.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse o seguinte: “Neste contexto Lagos, para os seus habitantes é um Concelho adiado. Adiado no que concerne, nomeadamente a políticas que defendam os interesses dos que, durante todo o ano, o habitam. Passo a dar exemplos: - Não defende as atividades produtivas, exceção feita ao turismo como já foi referido, em particular ao de luxo, que pouco reverte a favor dos locais, e nem falemos em termos de postos de trabalho dado que aqueles que são criados são precários e sazonais. - Favorece os interesses de grandes grupos económicos, nomeadamente na Meia Praia, Porto Mós, Belavista e Praia da Luz. - Permite que grupos económicos comprem edifícios e estruturas em total decadência com impacto visual e ecológico aberrantes, não impondo a sua consequente limpeza ou demolição a curto ou legal prazo. Exemplo: antigo hotel S. Cristóvão, logo à entrada de Lagos. Um belo cartaz de boas vindas. - Cobra taxas quanto a nós duvidosas a quando do atraso no pagamento da água. Prejudicando os mais desfavorecidos, pois são esses que normalmente têm de esperar pelo recebimento do ordenado para efetuarem o pagamento. - Anda de braço dado com a precariedade, adjudicando a limpeza da cidade a uma empresa que vai pagar em



Fl. 139v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

média pouco mais de 400€ de ordenado quando é de 505€ o valor atual do ordenado mínimo nacional. Sabemos que durante muito tempo, o poder local desta cidade sofreu de surdez, “doença” que se apanha quando existe maiorias. Sabemos que ainda está em recuperação, aparentemente, dessa mesma doença, desejamos uma rápida recuperação para bem da população. Tal como nos últimos 5 anos, continuamos com a mesma luta, o Bloco de Esquerda espera e continuará a bater-se por um Concelho que vise apenas o interesse dos Lacobrigenses.”-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse o seguinte: “2. Cidadania urbana. Está em discussão no espaço público um novo conceito de participação, o conceito de cidadania urbana. Por isso, a primeira questão a debater é a existência, ou não, do exercício desta cidadania urbana entre nós. Um município em que mais de 50% dos seus eleitores fica em casa e não vota nos seus candidatos municipais; um município em que o Executivo municipal obtém a maioria absoluta com os votos de menos de 20% dos seus habitantes; um município em que a participação cívica é claramente residual, sobretudo, em áreas de atividades socialmente responsáveis, como as do ensino, da advocacia, da medicina e do empresariado local; um município em que o seu edifício - mãe, em vez de centralizar o espaço público da Cidade, o isola; um município em que as suas parcerias público – privadas e os seus acordos de parceria pesam cruamente sobre o orçamento municipal; Um tal município, perguntamos, poderá reclamar-se de praticante da cidadania urbana? É sobre esta resposta que a Coligação TSL se questiona. A Coligação TSL não tem deixado de reconhecer o esforço gestor do atual executivo municipal, e, muitas vezes, o tem apoiado; mas, a Coligação entende que o Executivo tem a necessidade de sair do seu modelo único e conservador e ousar, não só, refletir sobre o lema kantiano do “aude sapere”, isto é, ousar conhecer e arriscar novas modalidades de participação de cidadania urbana, como, depois, passar essas modalidades à prática. Sejam elas já conhecidas, sejam inovadoras. Conhecidas, como as boas práticas do Orçamento Participativo que a Câmara já aprovou para debate em 2015 e aplicação em 2016; conhecidas, como as boas práticas do debate público do PDM, para as quais a Assembleia Municipal também já deu a sua contribuição; conhecidas, como a audição dos diversos conselhos, grémios e associações culturais, recreativas e desportivas. Mas, também, novas, e essas exigem uma maior abertura de espírito político e de participação pública, sobretudo, as que integram a informação digital e a constituição e audição de conselhos e organizações autónomas locais e de freguesia. Escreve João Bilhim em “A governação nas autarquias locais”: “Há que inovar na prática democrática, viabilizando com imaginação a participação dos cidadãos: inquéritos de opinião, processos consultivos, painéis de cidadãos, grupos de estudos, constituem algumas respostas interessantes no sentido da procura de uma opinião informada no seio de uma comunidade local comprometida, a par de outras que têm sido testadas, com êxito, a nível dos governos locais.” Por fim, e essa é uma aposta que nenhum documento programático, ou legal, ainda contemplou seriamente: o papel das juntas de freguesia no fomento da cidadania urbana. Cidadania urbana que as juntas de freguesia, melhor que os executivos municipais, poderiam favorecer, enriquecer e motivar. Hoje, na teoria da



participação urbana dos cidadãos, é defendida a tese da constituição dos “bairros de cidade”, favorecendo-se, através deles, a proximidade e a participação ativa dos seus moradores. Hoje, não é só a desertificação do centro histórico que nos preocupa; é, também, e por maioria de razão, a guettização dos zonamentos, não só habitacionais, como humanos. Poderiam, assim, as Juntas de freguesia iniciar projetos de bairro, com e pela participação ativa e a vontade mobilizada dos respetivos moradores. Esta descentralização por bairro, apesar de alheia à história municipalista, poderia ser a chama que reavivasse a cidadania urbana e desse modo repusesse o sentido de “justiça” que representa o exercício pleno da cidadania. Porque, se no ponto anterior, falámos de “equidade”, aqui situámo-nos no campo da “justiça”: justiça que reinsere o cidadão no espaço da sua liberdade política. 3. Governação e democracia municipal. “É importante que os diversos agentes políticos possam falar e que falem; falta muito diálogo em Portugal e o diálogo é um fator importante para dar confiança para reforçar a certeza nas expectativas do futuro”. Escolhemos, para esta parte final, esta frase, porque, além de sintetizar o pensamento que a Coligação tem tido sobre a necessidade de diálogo democrático entre os órgãos municipais, esta frase foi dita pelo recente eleito candidato do PS a primeiro-ministro, António Costa. E a escolha foi pensada, uma vez que, se é verdade que em Portugal há pouco diálogo, em Lagos, há mais de uma década, o diálogo tem-se reduzido quase a um monólogo socialista, obrigando a oposição a uma hibernação política, aguardando os momentos eleitorais para se expor ao combate. Combate, por isso, sempre infrutífero. Esta é a última parte da nossa intervenção sobre o estado do Município. Para ela reservamos uma questão essencial para a governação democrática municipal: a democratização dos partidos e a relação democrática entre os diversos grupos partidários, e respetivos membros eleitos, no seio dos órgãos municipais. A Coligação não entenderá, nem calará, a sua incompreensão pelo exílio político a que sejam votados vereadores eleitos da Câmara Municipal. É uma decadência democrática a não presença assídua na vida e atividade municipal de todos os eleitos dos cidadãos de Lagos. A Câmara Municipal é o “executivo coletivo”, e não a fulanização de uma presidência, ou a intolerância de uma maioria partidária. Foi por ter percebido o risco desta intolerância para a gestão democrática que Simone Weil foi tão virulenta contra o exercício do poder por parte dos partidos políticos. António Costa poderia ter dito, também, que em Portugal os partidos políticos, como o seu, não dialogam, porque procuram freneticamente a sobrevivência: fecham-se como partidos e fecham-se, depois, como poder. Por isso, como se hoje se diz em França, partidos como o PS estão em fase de “sinistrose” (sinistralidade). Mas, a oposição não tem melhor rosto. Aqui, na Assembleia Municipal, quando seria possível apresentar alternativas políticas às propostas da Câmara, cada um de nós escolhe o seu lado da barricada, convicto de que a batalha nunca abrirá brechas pelo seu lado. Por isso, quando chegar a hora do veredicto popular, o falhanço será natural. Finalizamos, assim, este ponto da nossa intervenção, com a chegada ao coração da política, a “ética”. Ética política a que a Coligação faz também apelo, pois, se a sinistrose (sinistralidade) partidária alastrar, não só o Município sofrerá, como o edifício do atual sistema democrático local



Fl. 140v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

ruirá. Porque, como afirmava recentemente a filósofa Adela Cortina, “a política sem ética é ilegítima”.”-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) disse o seguinte: “Em Lagos, continua-se à espera das decisões do Tribunal de Contas e da Câmara Municipal sobre o destino a dar às empresas municipais, fusão ou extinção. Por outro lado, a Câmara Municipal prossegue com a injustificável entrega à empresa municipal Futurlagos de competências retiradas aos serviços camarários, donde nunca deveriam ter saído. A extinção das empresas municipais, e o regresso das suas funções aos serviços camarários e controle direto dos eleitos, impõe-se para boa gestão sob princípios democráticos de transparência e rigor. Os trabalhadores dos quadros camarários nelas destacados, voltarão aos respetivos serviços, mas é com preocupação que encaramos o futuro dos trabalhadores contratados, sem futuro definido por força das decisões do governo PSD/CDS. Tudo isto, afinal, prova que a criação das empresas municipais em Lagos só criou problemas ao Município e aos munícipes, originando um brutal endividamento. No que respeita aos processos judiciais movidos contra o Município, e ao seu reflexo profundamente negativo na vida dos munícipes, é com extrema preocupação que a CDU observa que continuam sentenças dos tribunais condenando a Câmara Municipal ao pagamento de avultados valores de dívidas e indemnizações a entidades exteriores, como foi o caso do pagamento, que houve que negociar em prestações, de cerca de 700.000,00 euros, relativos à obra da Praça do Infante. Mais recentemente, a condenação pelo Tribunal para pagamento pela Câmara Municipal de mais de dois milhões de euros, referentes à obra de construção do pavilhão e piscinas municipais, e a confirmarem-se outras condenações resultantes de processos judiciais em curso, não se imagina o total dos montantes que terão que ser satisfeitos, a forma de os liquidar, a assunção de responsabilidades, e as limitações originadas na ação das autarquias de Lagos para satisfação das necessidades do Município e dos munícipes. A juntar a tudo o que foi mencionado, o pagamento do terreno da Escola Tecnopólis, de mais de 5 milhões de euros, e ainda de outros mais de 5 milhões, referentes ao pagamento das dívidas às empresas Águas do Algarve e Algar, (água, saneamento e resíduos sólidos), estão igualmente a ser pagos em prestações. Para a CDU, não se pode considerar esta situação como caracterizada por um perfil financeiro sustentável, uma organização contabilística consistente e um programa de ação realista bem estruturado. Verifica-se que foram iniciadas obras na ponte de D. Maria II. Sobre esta matéria, a Câmara Municipal deveria ter organizado atempadamente o debate público alargado e aberto, proposto pela CDU, mas não deixamos de referir um extrato da declaração de voto apresentada pela CDU na Câmara Municipal: “A maioria absoluta PS na Câmara Municipal assume, assim, a responsabilidade de uma obra irreversível em prejuízo da cidade, pela incapacidade própria e pela recusa de diálogo e estudo, não percebendo que o problema em causa não era apenas o de uma ponte, mas implicava a consciência do que deve ser a gestão democrática do Município. Para poder avaliar bem, com rigor, a falta de qualidade estética e de expressão cultural da ponte que vai resultar da obra que vai ser construída, felizmente existe a fotografia da ponte D. Maria de antes de 1958, que põe em



confronto uma expressão autêntica e genuína, com uma obra que resulta de um projeto que é um compromisso falhado, descaracterizador do património histórico. Como sempre, a CDU pretendia salvaguardar todos os grandes benefícios para a cidade provindos duma correta solução para a ponte de D. Maria. A maioria absoluta PS recusou as possibilidades, que teve ao seu alcance, para atingir uma solução sem os defeitos e compromissos da que foi adotada e compromete a cidade para todo o futuro.” Na política de estruturas urbanas e ordenamento do território, passados que são mais de 12 anos, continua sem ser aprovada a revisão do PDM, continua o atraso na apreciação e aprovação dos Planos de Urbanização da Luz e Odiáxere e do Plano de Pormenor de Burgau, e foi abandonado o Plano de Pormenor do Centro Histórico. Além da urgência destes projetos, a planear localmente sob pensamento continuado, e a conceber como o enraizamento da visão do futuro, igualmente urge estudar a resposta aos benefícios na qualidade de vida e no esquema viário da cidade provocados pela abertura do troço da variante da EN125, a completar com a sua completa retirada das ruas da cidade. Em relação à limpeza urbana, a CDU preconiza que é possível alargar os serviços levados a cabo pela autarquia, mesmo que outros continuassem, num determinado período de tempo, a ser levados a cabo por privados. O conceito defendido pela CDU baseia-se na realização gradual dos investimentos necessários para uma cada vez menor dependência relativamente às concessionárias, mesmo admitindo que este poderá ser um processo que demore anos e implique a coexistência de uma situação “mista” até à sua conclusão. Trata-se de uma proposta realista, possível, responsável, que visa salvaguardar o interesse do Município e das populações, poupar dinheiro e reforçar a qualidade dos serviços prestados. Acentua-se a degradação e falta de manutenção das estruturas públicas portuárias, em direto prejuízo do desenvolvimento do setor piscatório e náutico em geral, e dos trabalhadores do setor, que exigem desde há muito a requalificação da zona portuária e a CDU pretende que se insista na transferência para o domínio público municipal das áreas públicas não afetadas à atividade portuária, atualmente sob jurisdição da Docapesca. O estado do Município continua afetado pelas políticas do Governo PSD/CDS, destacando-se: o corte e a redução de salários, pensões, e prestações sociais; o flagelo do desemprego, com todas as suas graves consequências sociais e económicas para o nosso concelho; o aumento de impostos; a tributação da agricultura familiar e doméstica; mais uma vez o desastroso início do ano escolar, o caos registado com a aplicação do novo mapa judiciário, a indefinição sobre o futuro do Hospital de Lagos; a maior percentagem no Algarve de municípios sem médico de família nos cuidados primários; as dificuldades e carências de pessoal e material clínico no Centro de Saúde e extensões; o atraso na retoma anunciada pelo governo da conclusão das obras da variante de Lagos da EN 125; o abandono pelo governo da construção da variante do Odiáxere e do início da requalificação do troço da EN125 no Concelho de Lagos; a manutenção de portagens na Via do Infante; a falta de solução para as instalações do quartel da GNR em Lagos; a extinção de freguesias no nosso Município; a desertificação do Centro Histórico; os inúmeros edifícios fechados e abandonados da cidade e



Fl. 141v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

freguesias, camarários (casa da rua da coroa, casa da rua João Bonança/rua da Atalaia, antigo ciclo preparatório de S. João), públicos (forte da Meia Praia, igreja de Sto. António, cocheira de locomotivas) e privados (hotéis Golfinho e S. Cristóvão, adega cooperativa, EDP, torres da Torralta, antiga fábrica da União Conserveira, etc.), a falta de classificação da Ria de Alvor.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse o seguinte: “Lagos Com futuro entende que qualquer “Debate sobre o estado do Município de Lagos” envolve uma análise do passado mais ao menos recente, uma análise da situação presente e uma conclusão encerre um quadro estratégico, minimamente definido, sobre o qual se projete uma perspectiva do ponto de vista da gestão interna dos órgãos do município e, mais importante do que isso, um quadro de ideias e de medidas a adotar que sirvam para orientar os cidadãos e as empresas nas suas decisões futuras, sejam elas de investimento – que é do que o concelho mais precisa – sejam elas de consumo, pois, também por esta via se estimula o comércio e a economia local em geral. No fundo, este debate deveria funcionar como uma inspiração e um estímulo para que os nossos cidadãos, as empresas e os investidores acreditem no futuro do nosso Concelho, porque se trata de um concelho onde a sinergia e o entrosamento entre os órgãos de Gestão do Município com os cidadãos, com os empresários e com os investidores. Um Município que deveria mostrar que as práticas erradas do passado foram, ou estão a ser, corrigidas; que há ideias e um modelo novo quanto à gestão do município. Que no presente, dia a dia da gestão camarária, vai melhorando, e que, continuamos a ter razões fortes e firmes de que as gerações futuras, terão, também elas, como nós hoje, razões para acreditar nesse futuro. Este era o debate que Lagos com futuro esperava nesta Assembleia Municipal destinada a este fim de discutir o estado do Município. Não foi, infelizmente, este, o debate que, realmente aconteceu. Sobre o passado, melhor do que qualquer um de nós, falou o Dr. Júlio Barroso, anterior Presidente desta Câmara, por três mandatos, que disse, no Correio de Lagos: “A professora Joaquina Matos e os membros da sua equipa (...) conheciam perfeitamente a situação de todos os dossiês da gestão municipal nomeadamente a situação financeira”. Não ouvimos, nem sabemos se a Sra. Presidente da Câmara e os demais elementos do seu elenco pretendem contrariar esta afirmação. A Lagos com Futuro não está à espera de qualquer desmentido ou afirmação a este respeito. Todavia, esta frase encerra pelo menos uma consequência: A SENHORA PRESIDENTE E TODO O SEU ELENCO DO PARTIDO SOCIALISTA SÃO RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS POR ESTE PASSADO, NO POUCO DE BOM E NO MUITO DE MAU QUE ELE TEVE, SOBRETUDO DAS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DAS DECISÕES MAL TOMADAS, MAL ACOMPANHADAS E MAL RESOLVIDAS PELA GESTÃO DO MUNICÍPIO. Na última reunião desta Assembleia, na semana passada, a Sra. Presidente falou na derrapagem nos preços da generalidade das obras realizadas, dos acordos de cavalheiros – que de cavalheiros não tinham nada – que prejudicaram o Município de Lagos em Largas dezenas de milhões de euros. Como que, num alinhamento perfeito com o seu (da Sra. Presidente) cumprimento onda, o Senhor Vereador Hugo Pereira - que nesta casa, só deveria falar quando o nosso



Presidente, em nosso nome e no nome do povo de Lagos, lhe dá a palavra – questionou uma interrupção minha dizendo: “ que isto não era a casa da Joana. Realmente, Senhor Vereador a nossa Assembleia Municipal não é a casa da Joana. Senhor Vereador e Senhora Presidente, quando falamos: “isto não é a casa da Joana”, queremos referir-nos a que não estamos num lugar para balbúrdia, de desorganização, etc.. Conhecido que é o significado para tal expressão, face ao que disse o Ex. Presidente Júlio Barroso e o demais que, entretanto vamos sabendo, o passado da gestão municipal socialista, é, essa sim, o passado tipo “casa da Joana”, onde campeava a desorganização, falta de sentido da responsabilidade, tudo polvilhado com doses quanto baste de autismo, de megalomania e de autoritarismo. Numa Câmara existem: Damas seguramente, a Sra. Presidente era e é uma delas, cavalheiros também existiam, e existem certamente, agora, acordos de cavalheiros são fórmulas que não existem nos negócios públicos. Os cavalheiros não perdem o seu estatuto se os acordos, forem reduzidos a escrito, constando de atas, de protocolos e de outras formas de registo escrito da vontade dos cavalheiros que neles forem intervenientes. Quanto ao presente, é comum a Sra. Presidente falar da obra feita, as escolas que lhe são tão caras e tanto a orgulham, os parques, os anéis verdes, as piscinas, os pavilhões etc. Enfim, fala como se nos mais de anos de gestão socialista tivéssemos construído e feito uma revolução qualitativa na nossa cidade e no nosso concelho, o que é uma pura mistificação, que hoje e no futuro, custa e vai custar muito a todos os lacobrigenses e a sobrecarregar e limitar as escolhas das gerações futuras. Há obras meritórias certamente. Porém, com os recursos que essa gestão teve ao seu dispor, era possível ter tido outras opções mais racionais, usando os recursos onde eles eram mais necessários e tinham mais justificação, como hoje se comprova. Mais uma vez no dizer do Ex. Presidente Júlio Barroso ao Correio de Lagos: “potenciados por receitas sempre crescentes até 2007, ano em que a receita total andou próxima dos 60 milhões. Hoje a Sra. Presidente queixa-se que na zona norte da cidade as canalizações não eram mexidas ou renovadas há mais de 40 anos, que não há dinheiro para asfalto e outros pavimentos, que a rede de águas, em algumas zonas, atingiu, há muito, a obsolescência. Há perdas de água na rede, com tendência para aumentar, e sempre acima da média da grande maioria dos municípios do país. Muito dinheiro entrou nos cofres da Câmara, muito dinheiro chegou por outras vias, seja dos fundos comunitários, seja do Estado (Exemplo da construção das escolas, Polis Ribeirinho, etc.). O que é certo, é que o dinheiro se esfumou, não se cumpriram os orçamentos levados a concurso, aceitaram-se obras com defeitos e indemnizaram-se os respetivos empreiteiros em milhares e milhões de euros, quando deveriam ser estes a indemnizar o Município por obras mal executadas, com defeitos, cuja reparação vai implicar alguns milhões de euros, considerando diversas dessas obras. Pior, o dinheiro esfumou-se e as obras – uma boa parte delas - ficaram por pagar. Portanto, é este o nosso radiante presente e auspicioso futuro. Tivemos a oportunidade e os recursos que poderiam, realmente melhorar a nossa cidade, proceder à sua real requalificação, especialmente do seu centro histórico, de que muito se fala, mas pelo qual pouco se fez, se faz e dificilmente se fará no futuro mais próximo. Fala a Senhora Presidente e o Sr. Vice-



Fl. 142v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-Presidente, com uma constância que se pode tornar cansativa, que o Estado Central não trata bem Lagos, que os Fundos de Equilíbrio Financeiro são baixos, comparando por exemplo com o Município de Ponte de Lima. Pergunto-vos eu, terá Ponte Lima receitas de IMI, IMT, participação no IRS ao nível das que tem Lagos? Comparem, e terão oportunidade de ver que o Estado Central e o país até são bastante generosos connosco, deram-nos um território, uma paisagem, que nos permitem gerar receitas próprias bastante elevadas, quando comparadas com uma grande parte dos municípios do país. Para Lagos com Futuro, o problema não está na falta de receitas, mas na forma como elas são geridas e gastas. O passado de que falámos tem o peso da vossa inépcia e falta de qualidade de gestão, nomeadamente, no que se trata de prevenir, então, o futuro. O peso dessa inépcia, dessa falta de qualidade de gestão, dessa irresponsabilidade de não olhar e acautelar o futuro, parece continuar, ao não fazer, esta gestão socialista, operar a mudança que é necessária na gestão municipal, quer a nível patrimonial, quer de pessoal, quer de atividades e serviços. Concluindo, falando do Futuro. Apesar da gestão socialista ser resistente à mudança e não ter a coragem para empreender as reformas no seu sistema de gestão, Lagos terá sempre futuro, porque não é por falta ou dificuldades de liderança na gestão da Câmara que o seu futuro deixará de ser construído, por nós e pelas gerações que nos sucederem. No entanto, se a Câmara, mesmo com esta gestão socialista, estivesse disponível para a mudança e para as reformas, que são necessárias e urgentes, o nosso presente seria mais fácil e melhor para todos, o peso dos erros do passado poderia ser minorado e aliviado, tornando-nos, a todos – cidadãos, empresas de Lagos e investidores interessados em Lagos – mais ligeiros e mais afoitos na aproximação a esse futuro melhor e mais igual que todos, sem distinção partidária e política, desejamos. Viva o Futuro de Lagos.”-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) começou por dizer que esta iniciativa do debate sobre o estado do Município merece nota positiva. Disse que o Município é uma parcela do território com fronteiras devidamente delimitadas, com órgãos políticos próprios e com pessoas que desenvolvem as suas atividades. Sugeriu que os próximos debates sobre o estado do Município sejam mais divulgados para que mais pessoas assistam a esta Sessão, e que até possam participar no debate com intervenções. Referiu que todos concordam que Lagos vive um momento de grande dificuldade, mas esta situação não diz só diretamente respeito à Câmara Municipal e aos Órgãos municipais, pelo que não se pode ficar “preso” à ideia de que só os órgãos eleitos e políticos é que têm que encontrar soluções para o desenvolvimento futuro de Lagos. Disse que saber os caminhos a encontrar para que a prosperidade, o bem estar social, a qualidade de vida e a qualidade ambiental, voltem a níveis anteriormente chegados, é um problema de todos os lacobrigenses. Referiu que a construção civil foi o motor do desenvolvimento de Lagos, nos últimos anos, mas esse processo terminou e com isso faz surgir um conjunto de dificuldades. Disse que como não se vislumbra uma retoma da construção civil para níveis como os que se verificaram no passado próximo, o correto será as atenções virarem-se para a manutenção do edificado. Referiu que o que se espera dos Órgãos políticos é que este tracem as grande orientações e que as coloquem à discussão pública com vista



“qual o caminho que nós vamos retomar”. Disse que há muitas áreas que podem substituir a construção civil; a agricultura, o mar, são alguns exemplos. Referiu que como o PDM ainda não está concluído, talvez fosse interessante parar para ver novas estratégias para o PDM à luz das novas realidades e conceitos. Disse que falar do Município não é nesta Sessão, uns falarem da forma desastrosa em que se encontra o Município e outros virem dizer que está tudo cor de rosa. Referiu que as atividades económicas de Lagos são o motor do desenvolvimento, mas estão a passar por um mau bocado, sendo que todos se queixam, pelo que a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, têm que ver que as taxas estão muito altas e não é com esta grande carga fiscal que se promove o investimento. Terminou dizendo que gostava de saber o valor da fatura da luz referente ao gasto das bombas que estão constantemente a bombear água no Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, para poder comparar com os custos de funcionamento da barca que está na rotunda à entrada de Lagos.-----

-----A Sra. Sónia Melo (PS) disse o seguinte: “Lagos é cada vez mais reconhecido como um destino turístico de excelência. Temos praias e paisagens de beleza e qualidade únicas no mundo que, combinadas com a crescente oferta cultural e desportiva, atraem ano após ano turistas de toda as partes. Turistas estes pertencentes a todas as faixas etárias e classe social, que têm interesses muito variados. Mas as boas ofertas que temos não se traduzem passivamente num afluxo de turistas que viabilizem os negócios e as ofertas turísticas locais. Há que promover Lagos e investir em ações que se traduzam numa repetição da visita e na recomendação do concelho. A Câmara Municipal, através dos esforços conjuntos do poder executivo e dos seus técnicos qualificados, tem vindo a desempenhar um papel preponderante na divulgação do nosso concelho e da oferta turística que este apresenta através: - Da promoção do concelho de Lagos junto de guias, rececionistas e operadores turísticos com a oferta de visitas guiadas. - Da participação na Bolsa de Turismo de Lisboa. - Da manutenção do estatuto de parceiro privilegiado da RTA no que respeita a equipamentos culturais. - Da promoção de encontros com unidades hoteleiras com vista a divulgar o património e a promover parcerias à promoção conjunta do concelho assim como a nossa divulgação através de folhetos e outros materiais em feiras turísticas. - Do acompanhamento a equipas de filmagem internacionais que se deslocam a Lagos para a realização de reportagens, documentários e até mesmo filmes de entretenimento. - Da manutenção de uma forte parceria com o Centro de Ciência Viva que, através da sua presença em congressos internacionais, promove o tema da ciência e do mar em Lagos. - Da facilitação do acesso à Igreja de Santo António e ao museu anexo para fazer face à grande procura e afluência de grupos organizados de turistas que cá se deslocam com o propósito de visitarem esses dois equipamentos culturais recém-remodelados. Importa referir que este acesso é inclusivamente facultado nos dias em que estes se encontram encerrados. - Da promoção do turismo cultural através do apoio que presta às várias associações culturais do concelho, inclusive e o LAC que tem renome internacional. - Da realização continuada de passeios a roteiros temáticos e religiosos, assim como visitas



Fl. 143v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

organizadas aos Baluartes e ao Armazém do Espingardeiro. - Da conclusão do troço da Via Algarviana dentro dos limites do nosso Concelho. Importa também lembrar que no dia 16 deste mês, e como exemplo das atividades de divulgação levadas a cabo pelo executivo da Câmara Municipal, realizar-se-á um encontro com Jornalistas e operadores turísticos com a finalidade de promover a FAM Trips. Estas medidas e ações da Câmara Municipal em parceria com as várias associações empresariais, desportivas, culturais e regionais continuarão a aumentar a diversidade e qualidade da oferta apresentada aos turistas nacionais e internacionais. Queremos continuar a ser um destino turístico que tem uma oferta atrativa e diversificada durante todo o ano, e a Câmara Municipal tem atuado de modo a magnificar a nossa presença neste mercado lutado e competitivo.”-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse o seguinte: “Ao fazer um balanço do primeiro ano de mandato deste executivo, estamos satisfeitos por ter cumprido com o prometido no que diz respeito a Ponte D. Maria obra que já está em curso com um valor total de 1.174.080€ e uma comparticipação de 763.152€, cabendo a Câmara um investimento de 350.000.00€, esta ponte vai dar prioridade ao acesso pedonal e ciclovias com o alargamento da mesma. - Esta Câmara como prometido também está a dar apoios sociais as famílias em dificuldades, assim como também retomou a atribuição de bolsas a estudantes no total de 25 e no valor de 200€ cada, ao contrário de que alguns gostariam que não fosse possível. - De salientar os apoios financeiros as freguesias através de protocolos de Delegação de Competências no valor de 256.314.00€ que são cruciais para o desenvolvimento do nosso concelho e ajudar as populações. - Congratular por Lagos ter um turismo de qualidade e ter a Ponta da Piedade distinguida pela sua beleza natural, apesar disso o Governo continua a esquecer Lagos e não efetuar a recarga de areia na Praia D. Ana e a requalificação da Ponta da Piedade que foi prometida quando da visita do Ministro do Ambiente. - Apesar de todos os constrangimentos financeiros a Câmara tem tido uma política racional nos custos e conseguiu reduzir a sua dívida, assim sendo a proposta para o próximo ano e de não aumentar os impostos Municipais, mantendo as taxas de IMI. - Deixar aqui também uma palavra de agradecimento a todos os técnicos da Câmara e a este executivo pelo esforço para que o PDM de Lagos em breve esteja em condições de ser aprovado.”-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) disse o seguinte: “Respondendo ao membro da Assembleia, José Valentim Rosado, a bancada do PS não vê o mundo cor-de-rosa. De facto, hoje estou aqui, na qualidade de eleita à Assembleia Municipal de Lagos pelo PS e estou aqui para vos dizer que estou desapontada e estou desapontada com o rumo que a Educação tem vindo a tomar no nosso país e, por arrasto, no nosso Concelho. Tenho observado a situação caótica na colocação de professores, havendo mesmo casos em que 1 professor é colocado em 99 horários. Tenho observado que há alunos sem professores e sem técnicos da educação especial. Tenho observado que há escolas que nem sequer abriram por falta de professores e é por isso que estou desapontada com este rumo. E o meu desapontamento não acaba aqui: ao ver, no órgão máximo que nos representa, o Parlamento, um Ministro de Educação e Tecnologia a pedir desculpa e a assegurar que os professores não



ficariam prejudicados, para, logo a seguir, fazer o contrário e “obrigar” os diretores dos agrupamentos a despedir professores que já estavam há 3 semanas a lecionar turmas. Tudo isto causa uma grande tristeza, a nós que fazemos parte da bancada do PS, pois a Educação está a saque e parece que toda esta situação tem um propósito: acabar com a Escola Pública. Há grupos na nossa sociedade, qual predadores prontos a atacar, que querem ficar com a Educação de um país “nas mãos”. Será um modo de impedir um dos Direitos fundamentais da nossa Constituição: O DIREITO À EDUCAÇÃO. Parece que estamos a regredir e a caminhar para uma escola de Elite. O Ministro da Educação queria implodir o Ministério e conseguiu. A Educação e Formação de Adultos também não está melhor. De facto, devido à pressão da Europa e da OCDE, este Governo foi obrigado a retomar esta via de Ensino e criou os CQEP’S (centros de qualificação e ensino profissional) só que agora com menos meios, tanto logísticos, como a nível de recursos humanos. Por exemplo, o centro do Agrupamento de Escola Júlio Dantas passou a servir os concelhos das terras do Infante, e também os de Monchique e Portimão e para servir toda essa populações forma atribuídas para formação, ou seja, para professores, 25 horas. Pode-se dizer que é para “fazer omeletes sem ovos”. A Câmara Municipal de Lagos continua a cumprir todas as suas obrigações ao assegurar as AEC’S e a dar apoio não só às escolas que tem sob a sua tutela como também às famílias carenciadas. É de salientar também os protocolos estabelecidos com as diversas instituições relativos às refeições escolares. Neste Concelho, nenhum aluno fica sem escola e sem apoio, no que depender da Câmara Municipal de Lagos. O mesmo se verifica no Pré-escolar, a nível público, no qual os alunos têm acesso a uma escola condigna desde tenra idade, o que não acontecia há uns anos atrás. A Saúde não está definitivamente de Boa Saúde, no Centro de Saúde há vários utentes sem Médico de Família, para colmatar esta situação, a Câmara Municipal de Lagos, através de um Protocolo com a ARS, passou a assegurar o pagamento do alojamento a médicos cubanos. No entanto, recorre-se cada vez mais aos privados, quem não pode, tem que se sujeitar quanto ao Hospital de Lagos, continua sem haver resposta, estando permanentemente ameaçado e sendo alvo de boatos relativamente ao seu encerramento. E para finalizar, o Hospital do Barlavento tem vindo a perder valências: como o número de anestesistas diminuiu, as cirurgias diminuíram, deixando utentes sem solução para o seus casos. A nível de infraestruturas essenciais à vertente turística de Lagos, houve a promessa de retomar as Obras de Requalificação da 125 e fazer uma intervenção na Praia D. Ana, que tem ganho tantos prémios a nível internacional e tão concorrida. Nenhuma dessas promessas foi cumprida O Estado, neste momento, está em incumprimento e está em incumprimento com a Educação com a Saúde e com Lagos meus Senhores, este é o Estado em que vivemos e o Estado que temos. Merecemos? Não! (e parafraseando Luís de Sttau Monteiro, em Felizmente Há Luar) Parece que esta noite não tem fim!”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que algumas das questões colocadas, muitas são colocadas em outras Sessões da Assembleia Municipal. Confirmou que a Câmara Municipal teve que assumir o



Fl. 144v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

pagamento, apesar das dificuldades, durante um ano, das despesas relacionadas com o aluguer da habitação para duas médicas que vieram reforçar o quadro médico do Centro de Saúde. Disse que a Câmara está a fazer todos os esforços para cumprir e honrar os seus compromissos, para que não fique hipotecado o futuro do Município, ou seja, é intenção de neste mandato aliviar a situação financeira da Câmara Municipal, para que no futuro se verifique uma situação de mais alívio, uma vez que as Câmaras quando estão muito endividadas perdem muito da sua liberdade. Relativamente à agricultura disse que há jovens agricultores que procuram a Câmara no sentido de saber que tipo de apoios podem usufruir, não sendo a resposta fácil, uma vez que o próprio Estado também devia dar apoios mas não o está a fazer. Disse que o futuro passará pelo mar, estando a ser desenvolvido trabalhos nesse sentido. Sobre os comerciantes e sobre a elevada carga fiscal municipal, disse que tem falado com muitos comerciantes e a principal queixa dos mesmos tem a ver com a elevada taxa do IVA na restauração. Referiu que a Câmara Municipal, se pudesse reduzia as taxas municipais ao mínimo, mas não o podem fazer na atual conjuntura. Relativamente à Educação disse que da parte da Câmara Municipal tudo estava em ordem para o início do ano letivo e para que tudo corra bem durante o desenrolar do mesmo. Disse que o apoio social tem desenvolvido um grande trabalho junto dos mais carenciados do Concelho.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, começou citando uma frase de Marc Bloch: “A história é a ciência do passado para compreender o presente”. Disse que foi partindo da análise do que foi feito pelos Executivos passados que o PS construiu o seu Programa, ou seja, foi analisando o passado que foram elaborada a linhas para o futuro. Referiu que a Ação Social da Câmara Municipal necessitava de uma reformulação para que tudo funcionasse com um melhor rigor e isso já foi feito ao longo deste ano de mandato autárquico. Informou ainda que a habitação social carece de uma intervenção profunda, estando já a serem intervencionados alguns fogos.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre a ponte D. Maria disse que a grande vitória foi ter-se conseguido o financiamento para a reconstrução da mesma, uma vez que sem o financiamento conseguido, muito dificilmente seria possível levar a obra a bom porto. Na sequência da intervenção do Sr. José Alberto Batista disse que o sistema partidário terá que ser repensado, cabendo a todos responsabilidades nessa situação. Terminou dizendo que trabalha todos os dias, em equipa (vereação e colaboradores municipais), no sentido de dar o melhor para o Município; claro que também comete erros, mas com o esforço de todos, os problemas vão ser ultrapassados. Vencer as dificuldades de um tempo particularmente difícil, inseguro e cheio de desafios é o seu propósito, sabendo que tem que se estar muito seguro nos passos que são dados quando aparecem desafios, disse.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse o seguinte: “Gerir com rigor, transparência e contenção os recursos da autarquia, com o objetivo de reequilibrar as contas municipais. - Compromisso com o clima fiscal amigo do munícipe e das empresas no concelho, que passe pelo desagramento fiscal. - Implementar programas e



orçamentos participativos numa lógica de governação de todos com todos. - Introduzir indicadores de opinião na gestão do município para aferir da aplicação de medidas especiais. - Efetuar atendimentos descentralizados nas freguesias pelos vereadores. - Atualizar e monitorizar a execução do plano estratégico de Lagos, em colaboração estreita com os representantes da sociedade civil. - Criar o conselho municipal Sénior. - Fazer e implementar o plano municipal para a igualdade. - Promover campanhas de sensibilização para a eliminação da violência doméstica. Este foi o vosso compromisso com Lagos á um ano atrás, não se esqueçam porque nós também não. Queremos que vejam o Bloco de Esquerda como alguém que está aqui para ajudar a percorrer este caminho. Não dizemos não só por dizer, tal como não dizemos sim só para dar jeito. Estaremos aqui para denunciar o que achamos que está mal na esperança que seja corrigido.”-----

-----O Sr. José Alberto Batista (TSL) disse o seguinte: “A Coligação disse, na sua primeira intervenção nesta Assembleia, que seria uma oposição de diálogo; hoje, volta a reafirmá-lo. Durante este primeiro ano de mandato da Câmara Municipal, cujo aniversário hoje se comemora, a Coligação tentou corresponder aos desideratos dos seus eleitores, não esquecendo, porém, a realidade social e económica da Cidade e do Município herdada pelos novos eleitos, mesmo se muitos deles fossem corresponsáveis pela atual situação. Abre-se, porém, um novo ciclo, em que a Coligação continuará a ser exigente, sobretudo, na defesa dos três valores fundamentais que aqui defendemos: o da equidade, o da justiça e o da ética. No valor da “equidade”, continuaremos a defender a necessidade de uma planificação estratégica que tenha em consideração o corpo vivo que é a Cidade, alertando para a sua ligação umbilical ao cidadão. Retomando João Bilhim: “A Administração autárquica, perante um problema de um munícipe, deixa de poder continuar a dizer sim ou não a tal requerimento para dizer em contrapartida: «nós consigo vamos ver a melhor maneira de resolver o seu problema». As atuações administrativas não são neutras, não são máquinas. Por isso, há que conceber mecanismos de inovação democrática que permitam envolver efetivamente os cidadãos. Parece haver condições para recuperar o conceito grego de cidadania e recriar a legitimidade política da Administração autárquica”. Será com a defesa do valor da “justiça” que ajudaremos a recuperar o valor do conceito grego de cidadania. Porque só com a participação ativa de uma cidadania urbana será possível recriar a legitimidade política da administração autárquica. A cidadania urbana é a última esperança para evitar a desertificação democrática da vida municipal. A ausência dos cidadãos do ato eleitoral não é mais que a manifestação do deserto social e cultural que vai invadindo a urbanização destemperada da Cidade e o isolamento administrativo das periferias locais. Por fim, através do valor da “ética”, a TSL não deixará de alertar as mazelas que enfermem a vida político – partidária local; mazelas que contaminam as relações entre eleitos municipais, seja na vereação da Câmara Municipal, seja entre os Grupos Municipais da Assembleia Municipal. A responsabilidade de cada um dos eleitos é, também, contaminada pelos interesses do grupo a que pertence, não se vendo, assim, onde começa a ética da convicção e acaba a ética da responsabilidade de cada um de nós. Por isso, a TSL irá propor em votações de matérias específicas,



Fl. 145v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

como, por exemplo, a da execução fiscal, que a votação seja nominal, por chamada de cada membro, e não por Grupo Municipal. Para um eleito municipal, a ética política é, também, uma ética pessoal. A concluir o debate do estado do Município, a Coligação TSL renova o seu compromisso de diálogo com todos os Grupos Municipais e seus membros, bem como com a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara e restante vereação eleita. Porque, a Coligação TSL continuará, com e pelo diálogo, a ser uma “oposição de solução”. Obrigado a todos os membros presentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal pelo digno exercício de cidadania política a que hoje a TSL assistiu.”-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) disse o seguinte: “Perante este estado do Município, a CDU conclui pela urgência em substituir o paradigma usado até hoje para o desenvolvimento, provados que estão os seus efeitos nefastos, tanto na economia estagnada e no ambiente agredido da paisagem urbana e do meio rural, como no clima cívico e cultural. Esta situação é real, e não pode ser esquecida como se não existisse, embora seja também uma realidade que a ainda poderosa condição natural urbana e do território consegue que ela seja disfarçada e enganosa, pois acontece que pode não ser apercebida pelos olhares menos atentos ou desconhecedores da profundidade das alterações, ou que não seja atendida pelos que são motivados só pelos seus interesses pessoais imediatos. As orientações que têm sido seguidas, baseadas no negócio imobiliário e fundiário em busca de benefícios rápidos, completamente desinteressados pela qualidade do futuro coletivo a prazo, serão substituídas pelos novos caminhos do futuro baseados na cultura do conhecimento e do saber, expressos na Revisão urgente do Plano Estratégico de Lagos. A CDU entende que os novos caminhos serão estruturados nos recursos naturais do Município, a história, o mar e o território, devendo dar-se início, desde já, aos estudos para estruturação e planeamento dos três grandes projetos âncora do Município: - a retoma do Forum dos Descobrimentos na sua dimensão sócio/cultural original, articulando com a ARU e a museologia urbana. - a ampliação do porto, articulando os setores piscatório, desportivo com criação do Centro Desportivo de Alto Rendimento em Vela, turismo náutico, e investigação marítima, com os interesses já instalados, e em funcionamento e evolução, da marina e dos estaleiros. - a qualidade ambiental, com incentivo do turismo de natureza, do desenvolvimento do mundo rural, da proteção da Costa d’ Oiro, da classificação da ria de Alvor com criação do Centro de Interpretação. Estes processos de trabalho autárquico no nosso Município, seriam apoiados no conhecimento do sentir e das opiniões dos munícipes, através da participação da população e organizações locais. A CDU não confunde mais simpatia com novas políticas e, à luz das decisões tomadas neste primeiro ano de mandato, não pode tirar outra conclusão que não seja a de que as declarações de mudança não tiveram tradução em alterações substanciais de políticas.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que nada tinha contra as citações ou qualquer estilo que fosse utilizado para defender as ideias de cada um. Entendeu terminar a intervenção no debate sobre o estado do Município com uma metáfora: “No programa do PS, prometeu-se a plantação de largos milhares de árvores,



desconhecemos quantas dessas árvores foram plantadas. Realmente Lagos precisa que se plantem muitas e muitas árvores; se plantem as árvores do futuro, do nosso futuro como concelho desenvolvido, equitativo e justo. Esperamos que às árvores do nosso futuro não aconteça o mesmo que às árvores do programa do PS que é, possivelmente, ficarem por plantar, impedidas de crescer e de dar frutos.”-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que tinha aprendido, bastante, neste Sessão. Referiu que tinha vindo para esta Sessão com um determinado espírito e depois com o decorrer dos trabalhos verificou que não era essa a mensagem pretendida. Disse ter registado os bons elogios prestado pelo PS ao Governo da Nação, se bem que se esqueceram de que as grandes dificuldades que o Governo atravessa e por isso muitos são os penalizados, são resultado de uma política desastrosa que o PS fez ao conduzir o País para o estado de falência, obrigando à entrada da Troika. Salientou ainda o facto do Governo ter perdoado ao Município de Lagos uma multa de mais de um milhão de euros por diversos incumprimentos. Disse que mais importante que as palavras é o passar à ação e as ações é que se refletem no bem estar da população. Referiu que a Administração só tem razão de existir se a mesma for para servir o cidadão, se assim não for, então que se feche a Administração, sendo que os órgãos políticos do Município tem que ter isto sempre presente. “Existimos para servir os munícipes, existimos para servir o cidadão, e não para explorar o cidadão. Portanto temos que fazer a gestão com base em aspetos de que o cidadão não é a entidade a ser explorada, o cidadão é a entidade a beneficiar de toda a nossa atividade”, disse.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) disse o seguinte: “Senhor Presidente e restantes Membros da Mesa, Senhora Presidente da Câmara e demais vereação, Senhores Membros da Assembleia Municipal. Completou-se o primeiro ano do presente mandato. Durante esta sessão, pela voz de diversos membros desta Assembleia, foram dados contributos para um primeiro balanço. Não me vou debruçar sobre o que foi ou não feito. A minha reflexão irá centrar-se numa avaliação do funcionamento desta Assembleia, procurando realçar alguns aspetos que, na minha opinião, não têm contribuído para o prestígio da política e que têm ajudado a denegrir a imagem desta Assembleia. Permitam-me que comece por citar Fernando Savater, na sua obra “Ética para um Jovem”: “Porque é que os políticos têm tão má fama? Afinal de contas, numa democracia, políticos somos todos, diretamente ou por representação de outros. O mais provável é que os políticos se pareçam muito connosco que votamos neles, talvez se pareçam connosco até mais do que seria desejável; se fossem muito diferentes de nós, muito piores ou exageradamente melhores do que as restantes pessoas, com certeza os não elegeríamos para nos representarem no governo”. Afinal, é caso para perguntar: quem faz estas críticas aos políticos, está a falar dos outros ou a falar de si? No exercício das nossas funções como Membros desta Assembleia que contributos temos dado para que aquelas críticas possam ser diferentes? Ouso deixar aqui alguns aspetos para reflexão: 1 – A utilização do tempo no Período de Antes da Ordem do Dia: O Regimento da Assembleia e a Lei estipulam que este período deve ter a duração máxima de 60 minutos. Quantas vezes este tempo foi respeitado? Alguns dirão: esta



Fl. 146v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Assembleia é soberana. Será que é um bom exemplo reclamar a soberania para não cumprir a lei, quando um dos princípios que deve nortear o funcionamento da Assembleia é o da legalidade? Reconheço que podemos e devemos ser tolerantes, principalmente quando as circunstâncias o exigem, mas analisemos os factos: o PAOD na sessão de dezembro de 2013 terminou às 22,40 horas; na de fevereiro de 2014 terminou às 22,42 horas; na de abril de 2014 terminou às 23,12 horas; na de junho de 2014 terminou às 22,08 horas e nas sessões de setembro e outubro terminou por volta das 22,45 horas (atas não aprovadas). Será que estes factos revelam uma boa, justa e legal gestão do tempo? 2 – As senhas de presença: Todos sabemos o que “a voz do povo” vai dizendo a este respeito. Também conhecemos os comentários que vão sendo feitos entre membros da Assembleia. Não será que muitas das intervenções nada acrescentam à discussão? Tentemos recordar o número de reuniões de cada sessão, analisemos o conteúdo das discussões e, quem sabe, não chegaremos à conclusão de que poderíamos dar um bom contributo para uma melhor gestão dos dinheiros públicos, tantas vezes apregoada nesta Assembleia. Arrisco uma proposta: que esta Assembleia delibere que, de futuro, será paga uma única senha de presença por sessão. 3 – A linguagem e o respeito pelos outros: Górgias (séc V ac), no seu elogio de Helena diz-nos: “a palavra é um poderoso tirano, capaz de realizar as obras mais divinas, apesar de ser o mais pequeno e invisível dos corpos. Com efeito, é capaz de apaziguar o medo e eliminar a dor, de produzir a alegria e excitar a compaixão. Um infundem nos ouvintes coragem, outras, mediante uma maligna persuasão, envenenam e enganam a alma”. É verdade: ao longo deste ano muitas vezes fomos confrontados com insinuações, acusações de falta de seriedade e transparência; fomos bombardeados com argumentos repetidos até à exaustão, como se o direito de eu dizer o que quero não tivesse como limite o direito de o outro não querer ouvir. Nós não somos reféns uns dos outros. Cada um de nós é dono da sua consciência e ninguém tem o direito de se arvorar em “consciência do povo”. Às vezes é preciso ter a coragem de dizer – basta. Desculpem a ousadia, mas permito-me concluir com Erich Fromm na sua obra “Ética e Psicanálise: “sermos capazes de prestar atenção a nós próprios é uma exigência da capacidade de prestarmos atenção aos restantes; sentirmo-nos à vontade connosco próprios é a condição necessária para nos relacionarmos com os outros”. 4 – Concluo com Fernando Savater, mas agora com a sua obra -“Política para um Jovem”: “a invenção democrática, esse círculo em cujo centro estava o poder, essa assembleia de vozes e discussões, teve como consequência que os cidadãos – os submetidos à isonomia, à mesma lei - passaram a ver-se uns aos outros. As sociedades democráticas são mais transparentes do que as outras, às vezes transparentes até à indecência: somos todos espetáculos uns para os outros”. Há quem diga que os políticos são os esgrimas da linguagem. Esqueçamos os malabarismos linguísticos, os insultos disfarçados de metáforas e façamos das nossas palavras o espelho da nossa autoridade moral, política e cívica para intervir nesta sociedade em que vivemos e em que procuramos dar o contributo para a felicidade dos povos. Só assim Lagos e o País terão futuro.”-----  
-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), encerrou este debate com o



seguinte discurso: “É uma evidência para todos a necessidade que todos sentimos de tomar decisões ajustadas, prudentes e sustentadas em todas as esferas da nossa vida, quer seja pessoal ou coletiva. O ambiente conturbado e incerto em que vivemos, com múltiplas ameaças à segurança pessoal e coletiva, os grandes desafios económicos e ambientais, consequência de uma globalização inorgânica e desregulada, tornam ainda mais relevante a necessidade imperiosa de uma concertação e de um diálogo social permanente. O Estado Central e centralizado em que vivemos, situação aliás quase única no panorama europeu, aliás a Grécia, muito recentemente, concluiu o seu processo de regionalização, em 2011, já em programa de assistência, com sucesso, diga-se de passagem, portanto somos quase os únicos que vivemos neste estado, não é obviamente capaz de responder, este Estado centralizado, não é obviamente capaz de responder às expectativas dos cidadãos. As Autarquias Locais, Municípios, não têm também a escala necessária, nem nunca terão, para resolver problemas de redes de serviços públicos essenciais aos cidadãos e às empresas. As Associações de Municípios, vulgo CIM’s e Áreas Metropolitanas, são uma ficção administrativa, sem Poder e sem orçamento, uma frustração para os autarcas que nelas participam. Os Distritos, esses, ainda não foram extintos, pasme-se. Os Governos Cívicos foram extintos em 2011 e as suas competências ou desapareceram ou foram centralizadas. As Regiões Administrativas essas estão na Constituição desde 1976. Discutidas no nosso País desde pelo menos dos anos 30 do século passado, tivemos já vários ensaios no tempo do Estado Novo, com Juntas Provinciais, com Juntas Distritais, referendos sobre mapas e muita opinião pública e publicada favorecendo, sobretudo, os interesses pró centralismo e acicatando os receios de uma eventual desagregação do País, do aumento do clientelismo e da corrupção, além do mais moderno, aquele que está agora mais na moda, argumento do aumento da despesa pública. É preciso referir que os recentes referendos da Escócia e o previsto para a Catalunha, resultam de processos políticos específicos desses países, com profundas raízes históricas e não transponíveis para a realidade portuguesa. Se perguntarmos aos portugueses se era importante reformar o Estado e a sua organização, de certo que a maioria dos portugueses responderia que “sim”. Se perguntarmos aos portugueses se se deverá fazer uma reorganização que aumente a eficiência e ao mesmo tempo reduza a despesa pública todos, ou quase todos, também concordarão. Ora estou convencido que a reforma das reformas do Estado, que até aqui ainda não conseguiu reduzir a sua despesa, apesar da penosa austeridade sobre os cidadãos, é a descentralização administrativa. Essa é a verdadeira das reformas e será assim, com a implementação, com a implantação das regiões previstas na Constituição. É tempo de voltar a colocar na agenda política este assunto, combatendo a desinformação, as ideias apressadas e não fundamentadas. Não sendo uma panaceia universal para os nossos problemas coletivos, pode no entanto, ser uma poderosa alavanca do nosso desenvolvimento económico, sem o qual dificilmente ultrapassaremos os constrangimentos da nossa dívida pública e privada. Quase 100 anos de avanços, de recuos, de hesitações para uma reforma que é mais urgente do que nunca. São de mais, são de mais, 100 anos de hesitações. Ora ou vamos querer



Fl. 147v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

continuar orgulhosamente sós, teimosamente centralizados? No Algarve há um largo consenso entre todos os Partidos ou quase todos, só apenas talvez o CDS, esteja reticente a esta situação. Então, pergunto eu, porque esperamos, o Algarve e os portugueses, para darmos este passo que penso que seria importante para o nosso futuro coletivo. Espero que durante os próximos tempos possa este assunto vir para agenda e o País possa começar a discutir de novo a Regionalização, que eu penso que iria dar um grande contributo para o nosso futuro coletivo.”-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 14 minutos, da madrugada do dia 15 de outubro, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....  
.....

---